

LE GOFF, Jacques

O Deus da Idade Média: conversas com Jean-Luc Pouthier. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 126p. ISBN: 9788520006979

por Maurício de Aquino*

O Deus da Idade Média, historiografia e religiões.

Ainda que a abordagem histórica da religião seja tão velha quanto a História, foi só na Europa Ocidental Medieval que os historiadores cristãos, adotando a concepção de tempo linear da tradição judaica – sem, no entanto, abandonar as concepções naturais e litúrgicas – constituíram uma História da Religião, ou melhor, uma História da Igreja Cristã. Assim, a *História Eclesiástica* de Eusébio de Cesaréia, escrita no momento em que o cristianismo se impôs ao Império Romano (séc. IV), é um marco nesse percurso de constituição de uma análise histórica das religiões.

E o foi, sem dúvida, porque, talvez com certo exagero e simplismo, desde Eusébio até o século XIX, é quase impossível à História das Religiões não oscilar entre duas vertentes: uma História do Cristianismo; e uma espécie de Antropologia Religiosa aplicada às outras religiões. O que mostra o quanto a História das Religiões é inseparável da própria religião cristã – lançando um grande desafio epistemológico para todos os seus praticantes ainda hoje.

No século XIX, essa historiografia tradicional das religiões foi ajustada aos interesses sociais e ideológicos do imperialismo, evolucionismo, cientificismo e nacionalismo. Mas, nas primeiras décadas do século XX, essa situação foi alterada, sobretudo, com os trabalhos de Marc Bloch e Lucien Febvre, fundadores da revista *Annales*. Esta difundiu um novo programa historiográfico baseado na ampliação da noção de fontes históricas, na ênfase a longa duração e na aproximação com as outras Ciências Sociais. Nos anos 1970, esse programa foi criativamente aprofundado e extrapolado, propondo novos objetos, problemas e abordagens, oxigenando a História das Religiões, agora como História Religiosa – alicerçada na Sociologia e na Psicologia. Nos anos 1980, no *boom* dos estudos culturais, a História se apropriou das noções, das perspectivas e dos métodos da Antropologia e da Teoria Literária, constituindo-se, no campo religioso, como uma História Cultural do Sagrado.

* Mestre em História – UNESP/Assis. Docente da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/FAFIJA

O texto em resenha, de Jacques Le Goff, oriundo de conversas com o historiador e redator-chefe da revista de história das religiões *Le Monde de la Bible*, Jean-Luc Pouthier, é emblemático acerca da atual abordagem histórica das religiões e religiosidades, preocupada com as temporalidades e suas dinâmicas, com a instauração de novas e múltiplas fontes, com a articulação entre o mental e o social, expressa na concepção de imaginário, que engendra e enseja novas perspectivas e problemáticas.

Essas características da atual História Religiosa permeiam os quatro capítulos de *O Deus da Idade Média*. De fato, já na introdução (p.7-13), significativamente denominada *Deus, um assunto de história*, Le Goff, aponta para os interesses e prismas de seu trabalho, consoantes com o novo programa historiográfico. Pretende, como anuncia na página 10, responder historicamente a duas grandes questões: *Como os homens e mulheres da Idade Média imaginavam Deus? Que relacionamento mantinham com ele?* Fiel às regras do ofício, Le Goff aponta, logo em seguida, o lugar, as possibilidades e os limites de sua empreitada: *A imagem de Deus numa sociedade depende sem dúvida da natureza e do lugar de quem imagina Deus (...) tentamos apreender esses diferentes “Deus” em torno de alguns dados essenciais: o Deus da Igreja, da religião oficial; o Deus das práticas, que na Idade Média são fundamentalmente religiosas, antes que emerjam aspectos profanos. São os dogmas, as crenças, as práticas que nos interessam, na medida em que definem e deixam entrever a atitude dos homens e das mulheres da Idade Média em relação a Deus* (p. 11). E, prossegue na página seguinte: *durante nossa investigação, um fato se tornou cada vez mais forte, um fato que sem dúvida teria escandalizado a Igreja e os cristãos do século passado, e que ainda surpreenderá sem dúvida certos cristãos de hoje: as imagens de Deus mudam com o tempo*. Nessa última afirmação reside toda força e dinâmica dos estudos históricos da religião na atualidade: o princípio basilar de que a sacralidade deve ser abordada como elemento cultural, impregnada de historicidade, isto é, inserida e passível de transformações em determinados tempos, espaços e relações sociais.

No primeiro capítulo, *De que Deus se trata?* (p.16-39), delimita-se o objeto de análise da obra: o Deus em questão é o Deus dos cristãos. Esse Deus foi acolhido e oficializado pelo Império Romano na Antiguidade Tardia, Ele foi difundido e imposto pela forte estrutura hierárquica da sociedade da época. Além disso, a expansão do cristianismo pautou-se na destruição dos templos e na ocupação do espaço por meio de uma complexa rede de lugares sagrados, redes de ordens religiosas e de peregrinação. As antigas práticas religiosas sobreviveram, como bastião singular de resistência, no interior do cristianismo, favorecidas pela estratégica distinção entre os entes sobrenaturais e os entes divinos, e pela multiplicação dos auxiliares de Deus, como os santos e os anjos. Ainda, como acentua Le Goff, a própria imagem de Deus era flexível na tensão/mediação entre o Uno e o Múltiplo. A Trindade (Deus Pai, Deus Filho, Deus Espírito

Santo), concepção cristã do monoteísmo, era vista e pensada a partir da singularidade das pessoas que A compunham. Não havia entre elas oposições que pudessem pôr em perigo a unidade profunda de Deus, mas, a sociedade mantinha, em cada período, relação ímpar com uma das pessoas da Trindade. Sendo assim, até o século XIII, privilegiou-se a imagem de Deus Pai, rei e juiz; entre os séculos XIII e XIV, enfatizou-se o Deus Filho, sofredor e glorioso.

A partir do século XIII, ocorreu, outrossim, um processo de valorização das figuras do Deus Espírito Santo e da Virgem Maria. Esse é o assunto do segundo capítulo, intitulado *Duas figuras maiores, o Espírito Santo e a Virgem Maria* (p. 41-61). Retomando a idéia motriz do trabalho, ou seja, a noção de flexibilidade do monoteísmo medieval, pautada no Deus Uno que delega poderes a uma das pessoas de que é composto ou a um de seus inúmeros auxiliares; Le Goff, discute a ascensão da imagem de Deus associada ao Espírito Santo e a Virgem Maria. Argumenta que nesse período houve uma séria discussão acerca dos dons do Espírito Santo e das virtudes. Santo Tomás de Aquino resolveu a contenda, afirmando que os dons são superiores às virtudes pelo fato dos primeiros estarem acima da natureza humana. As reflexões sobre os dons, maneiras do Espírito Santo agir na vida cotidiana, concentravam-se, pelo menos desde Santo Agostinho, no dom da Ciência. Daí, entre outros fatores, o crescimento do Deus Espírito Santo no contexto de crescimento comercial e urbano, bem como, e, talvez, sobretudo, da ereção de universidades e escolas. Já a ascensão da Virgem Maria (que instaura a Quaternidade) ao posto de celebridade devocional, vincula-se ao Espírito Santo, seu esposo espiritual, ao fato de que a Virgem foi desprendida de sua natureza feminina para poder adquirir status divino – desse modo, Le Goff desacredita as explicações, como as de Georges Duby, que associam a promoção devocional da Virgem a ascensão social da mulher. Por fim, propõe, em refinada análise, a relação possível entre a valorização do tema da mãe de Deus e a evolução do lugar simbólico da criança: a criação cultural da infância deve muito à devoção mariana.

O terceiro capítulo aborda as conexões entre *A Sociedade Medieval e Deus* (p.63-83). Nessa sociedade a imagem de Deus é a imagem de um Senhor: a confusão e associação entre o sagrado e o profano são permitidas e alimentadas, como se depreende da análise dos termos da época: *dominus* – senhor temporal; *Dominus* – Senhor celeste, Deus. Esse Deus Senhor é identificado com o Deus Pai, a pessoa da Trindade mais próxima do Antigo Testamento e, por extensão, do Judaísmo e do Islamismo. Por isso, sua representação iconográfica é limitada, apresentada, sobretudo pela imagem de uma mão que desponta por entre as nuvens: *Essa mão define a um só tempo a natureza e a função reconhecidas do Deus feudal. É uma função de comando, trata-se de uma mão que ordena; é uma função de punição, trata-se de uma mão que pune; e é uma função de proteção, trata-se de uma mão que protege.* (p.71) Desse modo, nesse

mundo feudal, que, para Le Goff, só termina efetivamente com a Revolução Francesa, tudo de relevante está relacionado a Deus.

No último capítulo, *Deus na Cultura Medieval* (p.85-114), enfatiza-se a idéia do cristianismo como produto e produtor de cultura, de símbolos e significados que organizam a vida social e constituem identidades. Para nosso Autor, a Teologia e as práticas sacramentais, ambas fabricadas no século XII, constituem os principais instrumentos de dominação social e criação religiosa da Igreja. Até a invenção da Teologia, por Abelardo no século XII, a forma ideal de se conhecer Deus era o cenobitismo. Mas, em um novo contexto histórico, pós-Cruzadas, com a expansão universitária e as leituras de Aristóteles e seu deus intelectual, a Teologia Cristã tornou-se um lugar privilegiado para se conhecer Deus; tornou-se a Ciência Magna, em um tempo em que científica era toda disciplina ensinada na universidade. Nesse período, a grande discussão teológica residia no papel da Virgem Maria no cristianismo e na ordenação do milagroso (distinguindo os domínios do milagre, da magia e do maravilhoso). Le Goff, chama a atenção, outrossim, para o uso do latim como instrumento de monopolização do sagrado e distinção social, bem como para um singular humanismo medieval, *humanismo que combina os dois sentidos: valor do homem na criação e cultura da civilização antiga*. (p.112)

Na conclusão (p.115-121), nosso Autor assevera que, em termos religiosos, a consolidação do monoteísmo é o grande acontecimento da Antiguidade Tardia. Um monoteísmo cristão originário do Oriente Próximo, imbricado ao Judaísmo e ao Islamismo – religiões abraâmicas, mas que em solo europeu foi se constituindo de modo historicamente singular, até separar-se de seus pares. De fato, a imagem trinitária de Deus superou a imagem judaica de Javé, desenvolvendo um antijudaísmo que se tornaria mais tarde um anti-semitismo. Simultaneamente, enquanto a imagem do Deus dos judeus era rejeitada pouco a pouco, criava-se uma fogueira para os falsos deuses, entre os quais o Deus dos muçulmanos, ainda tão desconhecido entre nós.